



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/DPF/FIG/PR

Decisão nº 24643941/2022-CPL/SELOG/DPF/FIG/PR

Processo: **08389.001400/2021-70**

Assunto: **Resposta ao Recurso das Empresas JURISEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**

Cuida-se de resposta aos Recursos Administrativo interpostos pelas empresas abaixo relacionadas, ora denominadas RECORRENTES, referente ao Pregão Eletrônico nº 04/2022, cujo objeto é a contratação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guairá e Cascavel - PR, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

a) **JURISEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.658.074/0001-69.

b) **IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.394.613/0001-08.

1. DA INTENÇÃO DE RECURSO

1.1. A Empresa JURISEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA registrou intenção de recorrer do resultado, durante prazo previsto, com a seguinte manifestação:

“Intenção de recurso motivada com base no item 8.4.4.1 do edital bem como ao item 8.4.4.1.2, os quais serão amplamente demonstrados na peça recursal, diante do exposto e fundamentada, pedimos deferimento nesta intenção, baseada na CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTRAJORNADA da CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2024.”

1.2. A Empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA registrou intenção de recorrer do resultado, durante prazo previsto, com a seguinte manifestação:

“Registramos intenção de recurso por discordar da forma com que foi cotada a intrajornada na planilha da arrematante, considerando a impossibilidade de se deixar os postos descobertos em período de almoço/janta. A arrematante calculou apenas 30 minutos, quando em verdade deveria ser 1 hora ou deveria ter justificado como pretende cobrir os 30 minutos que terá de conceder aos funcionários, já que está levando somente 30 minutos em conta na indenização. Será melhor elaborado nas razões recursais.”

1.3. As intenções de recurso foram aceitas pela Pregoeira.

2. DA ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos do art. 4º, XVIII da Lei 10.520/2002 e art. 44, caput, do Decreto nº 10.024/2019, declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2.2. Os prazos limites informados para razões, contrarrazões e decisão, contados a partir do dia 05/08/2022, foram os respectivos: 09/08/2022, 12/08/2022 e 19/08/2022.

2.3. Desse modo, observa-se que as Recorrentes encaminharam suas petições, via sistema Comprasnet, no dia 09/08/2022, sendo os presentes Recursos tempestivo, permitindo o conhecimento.

2.4. A empresa recorrida apresentou suas contrarrazões em 12/08/2022 sendo também tempestivas.

3. DA QUESTÃO RECORRIDA PELA JURISEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA

3.1. A RECORRENTE alega que *“Da inexecuibilidade apresentada quanto ao tópico “inrajornada”, presente nas planilhas de formação de preços, item 4.6 do quadro resumo do modulo 4, da empresa EQUIP SEG, na qual a mesma contempla remuneração / descanso apenas 30 minutos, nos quais os outros 30 devem ser pagos ou conter um vigilante para cobertura do posto de trabalho, chamado no meio profissional de ‘rendição’, senão, vejamos, operacionalmente, quando o vigilante (a), está realizando sua refeição e descanso, na cozinha ou até mesmo no posto, este estará desguarnecido, contudo, isto na pratica não se aplica conforme se verifica hoje no dia-dia operacional, diante disso o mesmo deve ser remunerado por estar presente no posto de trabalho conforme já disciplinado pelo tribunal de justiça do trabalho conforme jurisprudência do trt 9 - pr, em decisão atual...”*.

3.2. Diante do exposto a recorrente requer:

3.2.1. “Nesses termos, face a todo o exposto, requer a Recorrente que o presente recurso seja conhecido e sejam julgados o apontamento verídico e contundente, de modo que restem devidamente apreciada a seguinte questão afim da desclassificação da empresa EQUIP SEG, regresse o processo afim de chamar a segunda colocada para a apresentação de sua proposta de preços, afim de realizar uma contratação exequível e que não venha a gerar futuros dissabores trabalhistas a esta digna contratante.”;

3.2.2. “Sugiro ainda que a senhora pregoeira e sua equipe afim de embasar e tomar a melhor decisão para desclassificação e retorno do processo, realize diligência conforme previsto em edital “8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita”. Diligência junto ao sindicato <https://www.vigilantescuritiba.org.br/> ou outro do estado do Paraná, tendo em vista que todos seguem a mesma convenção coletiva de trabalho, afim de constar a exatidão do apontamento apresentado por nossa empresa, quanto da inexecutabilidade da proposta aceita até o presente momento no que se diz respeito ao intervalo de intrajornada.”

4. DA QUESTÃO RECORRIDA PELA IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

4.1. A RECORRENTE alega que “A respeito da intrajornada, percebe-se que a recorrida realizou o cálculo de apenas 30 minutos diários de indenização.”

4.2. Relata, ainda:

4.2.1. “1. Na jornada 12x36h a escala de trabalho é realizada de forma ininterrupta, isto é, independente do funcionário que preste o serviço, o posto não pode ficar descoberto para período intervalar ou ausências de qualquer natureza por longos minutos;”

4.2.2. “2. Dentro da jornada 12x36h o funcionário tem direito a 1 hora de almoço, conforme clara disposição da Consolidação das Leis do Trabalho, art. 71;”

4.2.3. “3. Havendo a possibilidade de redução pela CCT da categoria, o período reduzido, logo de cara, deve ser indenizado (no caso, como a CCT permite a redução de 1 hora para 30 minutos, só aí já se suprimiu 30 minutos, sendo este período indenizado) devendo os outros 30, neste caso serem usufruídos. Não o sendo, estará o empregador incorrendo em ILEGALIDADE, pois deveria indenizar a 1 hora completa. Simplesmente não foi esse raciocínio que a legislação trabalhista e a CCT trouxeram, de reduzir o horário intervalar de 1 hora para 30 minutos e o empregador indenizar somente 30 minutos, fingindo que não existe 30 minutos a serem NECESSARIAMENTE USUFRUÍDOS pelo empregado neste caso;”

4.2.4. “4. Considerando que o período de almoço é também um horário de descanso, em que o funcionário não fica a disposição do empregador, podendo inclusive sair do local de trabalho, caso assim deseje, e que a escala 12x36h é desenhada para ser realizada de forma ininterrupta, durante esse período intervalar de almoço, simplesmente o posto não pode ficar descoberto. Para contornar, é preciso que se indenize 1 hora cheia ou então que preveja o custo com almocistas/jantistas, que farão as vezes do titular durante os seus 30 minutos de intervalo, coisa que não ficou claro na proposta ou na justificativa da recorrida;”

4.2.5. “5. Caso a recorrida indenize somente 30 minutos e exija que os colaboradores permaneçam no posto durante 1 hora, sem indenizar a hora completa, como certamente fará ou então não realizar a cobertura por meio de equipe reserva (almocistas/jantistas) estará incorrendo em um severo passivo trabalhista.”

4.3. Diante do exposto a recorrente requer:

4.3.1. “Ante o exposto, requer o conhecimento do recurso para que no mérito seja provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se, em consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira justiça, DESCLASSIFICADA a empresa EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA para prosseguir no pleito, tendo em vista todo o exaustivamente exposto acima.”

5. DAS CONTRARRAZÕES

5.1. A empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.039.434/0001-70, com sede na Rua Dias da Rocha Filho, 503, Alto da Rua XV, CEP 80045-275, Curitiba/PR, apresentou suas contrarrazões informando, inicialmente, que “as empresas acusam a RECORRIDA de cotar “apenas” 30 (trinta) minutos de indenização pelos intervalos intrajornada, afirmando que os outros 30 (trinta) minutos que serão efetivamente usufruídos pelos empregados também deveriam compor o valor dos encargos trabalhistas da proposta, a título de indenização. O motivo alegado seria a impossibilidade de o posto de serviço permanecer vazio, o que importaria a circunstância de o empregado ter de almoçar no posto e, assim, ter seu intervalo suprimido.”

5.2. Argumenta, ainda:

5.2.1. “É necessário pontuar, antes de mais nada, que as REC ORRENTES não juntam absolutamente qualquer prova de que a RECORRIDA não conseguirá respeitar o intervalo. Trata -se de uma mera presunção. A EQUIP SEG sequer havia considerado esse cenário conjectural antes das elucubrações das empresas nos recursos.”

5.2.2. “Como se nota, ora os turnos serão das 07 às 19 horas, ora das 19 às 07 horas. Em todos os casos, porém, os funcionários não irão permanecer sozinhos nas instalações. Sempre haverá outro funcionário para permanecer na ativa enquanto o outro usufruiu do seu descanso de 30 (trinta) minutos. Assim, basta a elaboração de uma escala simples de revezamento entre os vigilantes para que a indenização apontada pelas RECORRENTES seja indevida. A solução é muito simples.”

5.2.3. "Caso a situação venha a se alterar no curso do contrato (o que não se espera), é evidente que a RECORRIDA articulará outra solução, e, se for o caso, providenciará o pagamento das indenizações. Tal valor, porém, de modo algum será repercutido à Administração, por expressa vedação no Edital. A RECORRIDA apresentou sua proposta, e se compromete a entregá-la tal qual foi apresentada, sem a necessidade de quaisquer correções."

5.2.4. "No caso sob exame, como já foi adiantado, as RECORRENTES partem de uma vazia presunção de que os intervalos intrajornadas de 30 (trinta) minutos não seriam respeitados pela vencedora, e que, portanto, teria deixado ela de cotar um valor essencial a título de indenização pelos períodos suprimidos. Nada se pontuou, contudo, quanto à segunda condição, imprescindível, para que essa suposta irregularidade recaia para o prejuízo da Administração: a omissão desta no seu dever fiscalizatório."

5.3. Diante do exposto a recorrente requer:

5.3.1. "Diante do exposto, a conduta deste(a) ilmo(a). Pregoeiro(a) em classificar a EQUIP SEG é lícita, idônea e deve ser mantida. A empresa cumpriu todas as exigências do Edital, da Lei de Licitações e demais legislações pertinentes, sendo que os recursos apresentados pelas REC ORRENTE S têm fins meramente protelatórios, devendo ser em julgados TOTALMENTE IMPROCEDENTES."

6. DA ANÁLISE DO MÉRITO

6.1. Inicialmente, cabe frisar que os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

6.2. Tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto nº 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

6.3. Faremos, inicialmente, um breve relato do ocorrido durante o certame.

6.4. A sessão pública do Pregão Eletrônico nº. 04/2022 - UASG 200366 foi aberta em 02/08/2022, com início às 10h00min. A empresa EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA, melhor classificada após a fase de lances, foi convocada para envio da proposta e planilha de custos ajustadas ao último lance.

6.5. Para fins de aceitação da proposta no certame, a empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA apresentou a planilha de custos e formação de preços com a fórmula para cálculo do valor do intervalo intrajornada conforme abaixo:

6.5.1. $(\text{Piso da categoria} + \text{adicional de periculosidade} / 220) \times 1,5 \times 0,5 \times 15 \text{ dias};$

6.5.2. **Imagem extraída da planilha de custos apresentada pela empresa EQUIP SEG:**

Quadro resumo módulo 4 Encargos Sociais e Trabalhistas				
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas		R\$	R\$
4.1	13 salário + adicional de férias			308,07
4.2	Encargos previdenciários e FGTS			1.005,91
4.3	Afastamento maternidade			1,37
4.4	Custo de rescisão			126,77
4.5	Custo de reposição do profissional ausente			464,51
4.6	Outros - intrajornada indenizada			137,61
	Total			2.044,24

6.6. Diante disso, a empresa foi questionada por esta pregoeira, através do chat:

"A fórmula utilizada para cálculo do valor da intrajornada não ficou clara. Por exemplo, a fórmula utilizada para o posto diurno foi a seguinte: $(R\$ 2.691,00/220) \times 1,5 \times 0,5 \times 15 = R\$ 137,61$. Não foi possível compreender a que se refere o valor de 0,5 no cálculo."

6.7. A empresa se manifestou da seguinte forma:

"Adotamos o intervalo intrajornada de 30 minutos, de acordo com a Cláusula 35ª da Convenção Coletiva de Trabalho:

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTRAJORNADA

À face do contido no art. 611-A da CLT, faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos, mediante ajuste entre empregado e empregador.

Parágrafo Único: Quando da indenização da supressão do intervalo aqui tratado deverá ser considerado o salário e o adicional de periculosidade, quando este for pago habitualmente, certo que o intervalo pode

ser usufruído no local de trabalho e deverá assim ser feito quando do trabalho considerado em horário noturno, para preservar a incolumidade física do trabalhador."

Por este motivo a multiplicação por 0,5. Segue a memória de cálculo para melhor compreensão:..."

Piso da Categoria (R\$ 2.070,00) + Adicional de Periculosidade (R\$ 621,00)

= 12,23 (valor hora normal)

220 horas mensais

= 12,23 + acréscimo de 50% referente a hora extraordinária

= 18,34 (valor da hora intrajornada)

= 18,34 x 0,50 (ref. a metade da hora intrajornada) = 9,17

= 9,17 x 15 dias laborados por cada vigilante por mês

= 137,55

Considerando que o Sindicato da categoria adota o valor de R\$ 9,18 para esta rubrica (anexo) devido a arredondamentos, mantivemos o valor de R\$ 137,61 obtido via planilha eletrônica.

Imagem extraída da Tabela Salarial, da CCT 2022 / 2024 - PR000324/2022:

FUNÇÕES	HORA EXTRA	HORA INTRAJORNADA	HORA INTRAJORNADA 30 MIN	V.A	ADICIONAL NOTURNO
VIGILANTE PATRIMONIAL	R\$ 18,35	R\$ 18,35	R\$ 9,18	R\$ 39,50	R\$ 2,45
VIGILANTE TÁTICO	R\$ 18,35	R\$ 18,35	R\$ 9,18	R\$ 39,50	R\$ 2,45
MONITOR DE SEGURANÇA	R\$ 14,11	R\$ 14,11	R\$ 7,06	R\$ 39,50	R\$ 1,88
SEGURANÇA PESSOAL	R\$ 22,58	R\$ 22,58	R\$ 11,29	R\$ 39,50	R\$ 3,01
SUPERVISOR	R\$ 18,35	R\$ 18,35	R\$ 9,18	R\$ 39,50	R\$ 2,45
SEGURANÇA BOMBEIRO / BRIGADISTA	R\$ 21,88	R\$ 21,88	R\$ 10,94	R\$ 39,50	R\$ 2,92
VIGILANTE LIDER	R\$ 19,76	R\$ 19,76	R\$ 9,88	R\$ 39,50	R\$ 2,63

6.8. Após análise da proposta e documentos de habilitação apresentados, a proposta foi aceita e a empresa EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA habilitada no certame.

6.9. Foi aberto prazo para registro de intenção de recurso administrativo, momento em que as empresas JURISEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA manifestaram intenção por discordarem da forma como foi calculado o intervalo intrajornada na planilha de custos da empresa vencedora.

6.10. De posse das informações contidas nas peças apresentadas pelos licitantes, passaremos à análise do mérito dos recursos apresentados pelas empresas JURISEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

6.11. Importante destacar, mais uma vez, que o exercício da função administrativa deve obediência ao princípio da legalidade, o qual é a diretriz básica da conduta dos agentes públicos, e que significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei, em outras palavras, o administrador público só pode atuar onde a lei permite.

6.12. Algumas Legislações, Jurisprudências e entendimentos sobre a matéria *intervalo intrajornada*, foram relacionadas nos tópicos seguintes:

6.12.1. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 e alterada pela Lei nº. 13.467, de 13 de julho de 2017, dispõe:

"Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação. (grifo meu)

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 4º A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho." (grifo meu)

Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;" (grifo meu).

Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos:

XVII - normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

Parágrafo único. Regras sobre duração do trabalho e intervalos não são consideradas como normas de saúde, higiene e segurança do trabalho para os fins do disposto neste artigo.” (grifo meu).

6.12.2. A Convenção Coletiva de Trabalho que abrange a(s) categoria(s) Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC, no Estado do PR (Registro MTE nº. PR000324/2022), traz na Cláusula Trigésima Quinta - Intervalo Intrajornada:

“À face do contido no art. 611-A da CLT, faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos, mediante ajuste entre empregado e empregador.”

“Parágrafo Único: Quando da indenização da supressão do intervalo aqui tratado deverá ser considerado o salário e o adicional de periculosidade, quando este for pago habitualmente, certo que o intervalo pode ser usufruído no local de trabalho e deverá assim ser feito quando do trabalho considerado em horário noturno, para preservar a incolumidade física do trabalhador.”

6.12.3. A Secretaria de Gestão do Ministério da Economia publicou, no [Portal de Compras do Governo Federal](#), a Orientação nº 8 (24627244), que trata dos principais aspectos da reforma trabalhista e o seu impacto nos contratos administrativos firmados pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional, dentre eles, as alterações na jornada de trabalho 12x36 e no intervalo para alimentação e repouso.

“Com a chegada da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, nominada de reforma trabalhista, a jornada de trabalho 12x36h (com 12 horas de trabalho e 36 horas de descanso), antes admitida, em caráter excepcional, quando prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho (Súmula 444 do TST), passa a ser facultada às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação (art. 59-A).

Outra alteração significativa que a reforma trabalhista apresenta, diz respeito ao intervalo para repouso e alimentação, conhecido como Intrajornada. Deve se atentar para a leitura combinada dos arts. 71 com o novo 611-A (introduzido pela Lei nº 13.467/17), ambos da CLT.

A nova regra do art. 611-A institui que a convenção coletiva e ou acordo coletivo de trabalho (CCT e ACT) têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de 30 (trinta) minutos para jornadas superiores a seis horas. Ou seja, afasta a obrigatoriedade da concessão do intervalo mínimo de 1 hora de que trata o artigo 71 da CLT, possibilitando sua redução para até 30 minutos.

O artigo 71 da CLT não sofreu qualquer alteração pela nova legislação trabalhista, mantendo a obrigação de concessão do intervalo mínimo de 1 hora para o trabalho contínuo, cuja duração seja superior a 6 horas. Todavia o legislador permitiu a prevalência do negociado sobre o legislado, ao prever que a CCT ou ACT reduza para até 30 minutos.”

6.13. Pois bem, o artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666 de 1.993 e, ainda, os itens 8.8 e 8.10 do Edital do PE 04/2022 disciplinam quanto à realização de diligência para esclarecer ou complementar a instrução do processo:

“§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

Edital 04/2022:

“8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.”

8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.”

6.14. Portanto, foram adotadas as seguintes providências por esta pregoeira:

6.14.1. Conforme sugerido no recurso apresentado pela empresa JURISEG, em 12/08/2022 foi mantido contato com o Senhor Jacir, do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região, através do telefone (41) 3332-9293, que orientou o contato com o [Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região](#) para a obtenção das informações quanto ao intervalo intrajornada.

6.14.2. Em 12/08/2022, foi mantido contato com o Sindicato dos Vigilantes de Foz do Iguaçu (SINDSFOZ) através do e-mail sindicatofozfinanceiro@hotmail.com (24541735) que retornou com a seguinte manifestação:

*“bom dia Livia esse é o calculo para achar o valor de meia hora de intrajornada
2691,00 dividido por 220 horas que é igual 12,23 por hora que da mensal 137,61
sendo que o valor correto da hora é 18,35 que o valor de 275,25
qualquer coisa estamos a disposição.”*

6.14.3. Em 16/08/2022, foi solicitado ao SINDSFOZ uma complementação das informações prestadas no dia 12/08/2022 (24577862), retornando com a mensagem transcrita abaixo:

“Ainda referindo ao valor da intrajornada na escala 12x36 não tem intervalo para almoço ou jantar.

Portanto a empresa terá que pagar R\$ 18,35 por dia trabalhado (REFERENTE 01 HORA) ou se estiver um acordo entre o empregador e o trabalhador, nesse caso a empresa paga R\$ 9,18 por dia trabalhado (REFERENTE 30 MN)." (grifo meu)

6.14.4. Ainda, foi encaminhado e-mail à Procuradoria do Trabalho no Município de Foz do Iguaçu que, através de contato telefônico no dia 17/08/2022, informou que o MPT não pode atuar em grau de consultoria, sendo essa atuação vedada ao Procurador do Trabalho (24541809). Por sugestão da Sra. Luzia, a mesma consulta foi encaminhada ao Ministério do Trabalho e Emprego em Foz do Iguaçu/PR, porém, não obtivemos resposta até o momento (24627190).

6.14.5. O processo também foi encaminhado para análise da Consultoria Jurídica da União no Estado do Paraná em duas oportunidades:

6.14.5.1. Em primeiro, o processo retornou com a Nota nº. 00003/2022/CJU-PR/CGU/AGU, com a seguinte manifestação: *"que a Advocacia-Geral da União possui a missão constitucional de assessorar juridicamente os órgãos do Poder Executivo (art. 131, CF), mas não em questões técnicas que transbordem o direito. Somos, afinal, uma Casa de advogados."* (24577688).

6.14.5.2. Em segundo plano, após reformulação do questionamento do ponto de vista jurídico, o processo foi novamente analisado pela CJU/PR, que se manifestou através da Nota 00004/2022/CJU-PR/CGU/AGU, em 19/08/2022 (24630831):

"6. Pelo que foi possível compreender da questão posta, a dúvida parece ser o que fazer com a outra meia hora, dividindo-se a hora inteira intrajornada em duas partes e considerando que haverá 30 minutos indenizados.

7. A resposta nos parece clara, salvo melhor juízo, diante da letra da CCT, quando afirma que: "faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos", e complementa: "certo que o intervalo pode ser usufruído no local de trabalho e deverá assim ser feito quando do trabalho considerado em horário noturno, para preservar a incolumidade física do trabalhador".

8. Assim, fica estabelecido que o intervalo de uma hora pode ser reduzido a 30 minutos, ou seja: deverá o trabalhador gozar de no mínimo 30 minutos de intervalo intrajornada, sendo, então, indenizado ao trabalhador os outros 30 minutos."

6.15. Pois bem, a empresa EQUIP SEG apresentou suas contrarrazões argumentando que em nenhum momento informou que não respeitaria o intervalo de 30 minutos. Que as recorrentes estariam afirmando uma situação hipotética e conjectural de que os funcionários não iriam usufruir desse período.

6.16. Argumentou, ainda:

"Como se nota, ora os turnos serão das 07 às 19 horas, ora das 19 às 07 horas. Em todos os casos, porém, os funcionários não irão permanecer sozinhos nas instalações. Sempre haverá outro funcionário para permanecer na ativa enquanto o outro usufruiu do seu descanso de 30 (trinta) minutos. Assim, basta a elaboração de uma escala simples de revezamento entre os vigilantes para que a indenização apontada pelas RECORRENTE S seja indevida. A solução é muito simples."

6.17. Analisando a questão, salvo melhor juízo, essa informação não condiz com a atual contratação, onde cada posto é composto por 2 funcionários, sendo um no horário compreendido das 07:00 às 19:00 e o outro das 19:00 às 07:00, não havendo a possibilidade de revezamento entre eles durante o intervalo para descanso.

6.18. No entanto, importante destacar que a execução do contrato deve ser acompanhada pelos fiscais técnico e administrativo para o fiel cumprimento das obrigações da contratada conforme disciplinado no Termo de Referência, anexo ao Edital e legislação vigente, dentre elas, o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas pela empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA.

6.19. Assim, não cabe à esta pregoeira presumir que a empresa ora vencedora não irá cumprir com as obrigações trabalhistas, sendo essa função atribuída à fiscalização do contrato e, em caso de descumprimento, serem adotadas as penalidades cabíveis.

6.20. Nesse sentido, analisando a legislação trabalhista, a Convenção Coletiva de Trabalho que abrange a(s) categoria(s) Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC, no Estado do PR (Registro MTE nº. PR000324/2022) e as informações obtidas através das diligências, entendemos que não há impedimento, na jornada de trabalho de 12x36h, que o intervalo intrajornada seja reduzido para 30 (trinta) minutos e indenizados, e os outros 30 (trinta) minutos remanescentes sejam usufruídos.

7. DA DECISÃO

7.1. Diante do exposto, com fundamento no inciso VII do art. 17 do Decreto 10.024/2019, esta pregoeira recebe os recursos e contrarrazões, e entende como IMPROCEDENTE as alegações das RECORRENTES, de modo que não ensejam, após a análise das questões aludidas, a desclassificação da proposta ora vencedora do Pregão nº 04/2022-DPF/FIG/PR.

7.2. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante do Edital nº 04/2022.

7.3. Sendo assim, por falta de competência desta signatária, encaminho os autos à Autoridade Competente para apreciação e manifestação.

LÍVIA MARIA BIZZOTTO CORRÊAPregoeira
CPL/SELOG/DPF/FIG/PR

Documento assinado eletronicamente por **LIVIA MARIA BIZZOTTO CORREA, Pregoeiro(a)**, em 19/08/2022, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24643941** e o código CRC **CFC311A8**.

Referência: Processo nº 08389.001400/2021-70

SEI nº 24643941